História e Habitação: cidadania e a questão social da população de rua em Campinas/SP[1]

History and Housin: Citizenship and the Social Aspect of Homeless People in the city of Campinas (State of São Paulo)

DORACI ALVES LOPES
Faculdade de Ciências Sociais
PUC-Campinas
doraci@puc-campinas.edu.br

ANA PAULA MENDONÇA
Socióloga
paulamendonca1@hotmail.com

Resumo Este artigo traz uma discussão na área de sociologia urbana a partir da uma pesquisa sobre indivíduos que vivem em situação de rua em na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, com ênfase em estudos de *história* e *habitação sobre indivíduos em situação de rua.* A questão social pesquisada refere-se a certas vivências de sujeitos que perderam sua moradia e o que estas experiências de vida representam social e culturalmente para eles, que tentam sobreviver na rua. Nesse sentido, para analisar as entrevistas realizadas com indivíduos nessa condição, outros conceitos foram abordados, como os de cidadania, exclusão social e identidade. A instituição que deu suporte às pesquisas documental e de campo foi o Serviço de Atendimento ao Migrante, Itinerante e Mendicante, órgão da Prefeitura Municipal de Campinas, que atende indivíduos em situação de rua.

Palavras-chave CIDADANIA – DIREITOS SOCIAIS – HABITAÇÃO.

Abstract This study raises a discussion in the field of urban sociology and derives from a research conducted on homeless people in the city of Campinas (State of São Paulo), emphasizing history and housing. The social aspects analyzed here concern the experience of losing their homes and the social and cultural consequences to their lives, in spite of their homeless condition. In this sense other aspects were taken into account when analyzing the interviews conducted with the homeless, such as citizenship, social exclusion and identity. The Migrant, Itinerant and Beggar Assistance Service of the City Hall of Campinas, an institution that provides assistance to the homeless, helped with the documentation and field research.

Keywords CITIZENSHIP – SOCIAL RIGHTS – HOUSING.

1 Trabalho apresentado no 34º. Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos. CERU. FFLCH/USP. 18/5/2007.

Introdução

Este artigo apresenta uma discussão na área de sociologia urbana, em um estudo sobre a relação entre habitação e indivíduos que vivem em situação de rua, realizado por intermédio da metodologia de história de vida e de pesquisa documental.

A instituição que deu suporte à pesquisa documental e à de campo foi o Serviço de Atendimento ao Migrante, Itinerante e Mendicante (SAMIM), antigo Albergue de Campinas, localizado no bairro Bonfim, próximo ao centro da referida cidade, o qual está vinculado, por sua vez, ao trabalho desenvolvido pelo Serviço de Acolhimento e Referenciamento Social (SARES). Os dois órgãos, além de vários outros, pertencem à Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social (SMCTAIS). A distinção e caracterização das duas formas de atendimento serão retomadas adiante.

O estudo sobre a "população de rua" da cidade de Campinas procurou problematizar as relações entre *habitação e direitos sociais, cidadania e identidade*, a partir de como se apresenta, para os indivíduos que compõem essa população, a falta das mínimas condições de vida, levando-se em conta a política pública do SAMIM. Dessa forma, a questão social pensada refere-se a certas vivências que envolvem perdas de moradias e o que essas experiências, aliadas à perda de trabalho, representam social e culturalmente na vida dessa população. Abordamos, ainda, de forma parcial, como o serviço de atendimento público existente no município trata dessa questão.[2]

O fato de serem indivíduos que, por diversas circunstâncias, tornaram-se os chamados "moradores de rua", exigiu das pesquisadoras uma aproximação com essa realidade e a maneira como essas pessoas enfrentavam as suas dificuldades cotidianas, por isso o método para este trabalho foi o de história de vida.[3] Um dos nossos desafios foi analisar os motivos que os levaram a viver nas ruas, algumas questões de gênero, se possuíam vínculos familiares e se, por alguma razão, voltariam para casa. Além disso, procuramos saber como estavam lidando com a extrema pobreza e como era a sociabilidade entre aqueles que veem a rua como a única alternativa de sobrevivência, comparando com consagradas produções acadêmicas sobre o tema "população de rua", especialmente as que se referem a pesquisas realizadas em São Paulo. Na análise das histórias de vida de homens e mulheres, utilizamos pseudônimos, para preservar a identidade dos entrevistados, cujos depoimentos foram colhidos em 2006.

História e Segregação Social

Parte da pesquisa foi dedicada ao conhecimento de certos autores que discutem a questão social da pobreza, a segregação social

[2] LANG, 1992; Idem 2000.
[3] FERNANDES, 1995.

existente em Campinas, a perspectiva de certos elementos históricos importantes do processo de desenvolvimento e urbanização da cidade e as consequências para os setores mais pobres das classes trabalhadoras, principalmente a partir do século XIX.

Lapa, por meio de um estudo sobre a mudança de uma economia agrário-exportadora, baseada principalmente no cultivo do café, para o início de uma sociedade urbano-industrial, analisou como a sociedade campineira viveu econômica e socialmente essa passagem.

A partir da metade do século XIX, Campinas tornou-se uma das principais cidades brasileiras na produção do café, sendo reconhecida como "a capital agrícola da província". Como consequência desse avanço, começou a intensificar na cidade os fluxos migratórios de outras localidades devido à grande oferta de emprego nesse setor.[4]

Campinas tornou-se uma cidade economicamente atraente e exigiu um aumento significativo tanto da mão de obra livre como da escrava. A aristocracia campineira, considerada uma das mais "requintadas" do País, começou a impor normas sobre a população pobre, que regulamentariam a vida urbana pública e privada da cidade, com um discurso de "higiene e moral", cuja finalidade era disciplinar os indivíduos de acordo com as regras dominantes, punindo com respaldo legal aqueles (escravos e libertos) que utilizassem as praças públicas para, por exemplo, "divertirem-se em jogos".[5] As referidas normas foram inspiradas no modelo europeu higienista introduzido no País. Podemos citar como exemplo o ano de 1863, quando foi criado o Asilo dos Morféticos, que abrigava indivíduos portadores de hanseníase, conhecidos naquele período como "leprosos". Muitos desses doentes eram obrigados a mendigar pelas ruas, pedindo esmolas, pois não possuíam condições de se alimentarem e de se cuidarem sozinhos. A solução encontrada foi a criação de um lugar próprio para o confinamento desses indivíduos, impedindo, assim, o contato deles com a sociedade, e garantindo a "higiene pública", conforme as expressões da época destacadas por Lapa.

> No começo eram poucos, alguns originários do próprio município, outros vinham de fora e o seu número foi crescendo a ponto de exigir providências do poder público diante da resistência e repulsa da população em aceitar o seu convívio.[6]

Moura sublinha a situação dos trabalhadores na cidade de Campinas,de forma semelhante a Lapa (1996), no momento em que a cidade se expandia com o cultivo do café, no século XIX. Havia uma diversificação de trabalhadores, a maioria vinda de outros Estados para viver em Campinas, como os agregados, os pequenos lavradores sem escravos e os que ora trabalhavam nas fazendas, ora procuravam ocupação na cidade. Essa população de trabalhadores livres era estigmatizada de "vadia" e "incapaz", ao mesmo tempo em que as elites cafeeiras adotavam uma "postura imigrantista" para o recrutamento de mão de obra para as lavouras.[7]

Os "trabalhadores nacionais" possuíam outra cultura para lidar com o trabalho, muitos preferiam alternar os afazeres da área rural com os da cidade, pelo fato de possuírem valores culturais que transcendiam o ato de trabalhar unicamente para a sobrevivência, combinando uma série de tarefas remuneradas ou não, relacionadas a uma histórica sociabilidade familiar e de vizinhança.

> Esta experiência de re-criar visava à mera adaptação a um cotidiano específico, havia uma dinâmica mais profunda nesta atitude, de sempre estar redefinindo o vivenciar e o relacionar-se com a sociedade e com as outras camadas sociais.[8]

Para a autora, esses trabalhadores "preferiam" os contratos provisórios, para preservarem a "liberdade" de escolher a dinâmica do modo de vida e de trabalho que permitisse a eles empregarem-se em várias fazendas e exercerem inúmeras atividades de subsistência da forma que melhor lhes coubesse. Dessa maneira, surgiu o estereótipo de "vadiagem", que impedia a sociedade de aceitar esses sujeitos como indivíduos decididos a ter um modo de vida

[4] LAPA, 1996, p. 20.
[5] Ibid., p. 27.
[6] Ibid., p. 229.
[7] MOURA, 1996, p. 116.
[8] Ibid., p. 118.

mais autônomo, em vez de passarem toda a vida trabalhando apenas em fazendas de café. Essa população teria reinventado as relações de trabalho, conforme Moura (1996), redefinindo a identidade dos trabalhadores na cidade de Campinas, durante a expansão econômica e urbana mencionada.

Ricci destaca igualmente as várias transformações ocorridas a partir de meados do século XIX e como os espaços públicos foram intensamente modificados nesse processo. As transformações alteraram consideravelmente "o estilo de vida dos seus moradores", e Campinas tornou-se, por volta de 1870, o primeiro polo regional de São Paulo, pois, além do café, começaram a surgir várias indústrias.[9] De acordo com a autora, em 1860, aconteceram as grandes obras urbanísticas, como o alinhamento das ruas, mudando todo o desenho urbano. Essas reformas visavam principalmente a "higienização" das praças e ruas, cujos transeuntes poderiam ser acometidos por doenças e epidemias. Em 1880, passou a existir um "código de posturas", com normas municipais que ditavam como deveria ocorrer a construção urbana.

> O modernismo fora característico de boa parte do século XIX sendo priorizada a segmentação, especialização e funcionalidade do traçado urbano (calcado na capacidade de produzir circulação motorizada). Dessa maneira, não poderia deixar de lembrar Le Corbusier, quando afirmava que era preciso matar a rua para transformá-la em máquina de tráfego.[10]

Em decorrência do fim da escravidão, em 1888, as autoridades incentivaram a imigração e, com o aumento da população trabalhadora na cidade, as epidemias se tornaram inevitáveis e o poder público viu a necessidade de realizar múltiplas "intervenções saneadoras", visando diminuir as doenças causadas pela pobreza. O centro da cidade abrigava tanto pessoas das camadas sociais da burguesia quanto as das classes operárias que, na maioria das vezes, viviam em cortiços espalhados pelas ruas centrais.[11]

Muitos hospitais foram inaugurados para atender aos doentes, sendo reservada uma parte dos hospitais aos 'indigentes', imigrantes portugueses e italianos, além dos 'nacionais', vítimas das epidemias, conforme indicam vários estudos na área da saúde e do urbanismo.[12]

O processo de associação preconceituosa das classes trabalhadoras à doença, vadiagem e violência daquela época continua presente no século XXI. A intensificação da ida de uma parte da população para os cortiços desde o fim do século XIX, devido ao modelo econômico agrário-exportador, resultou em novos fluxos migratórios. Dessa vez, o movimento populacional é do campo para a cidade, como consequência do desenvolvimento e modernização do capitalismo no País.

Esse mesmo processo, durante a década de 1950, sob a égide da ideologia nacional desenvolvimentista, sintetizada pela ideia de desenvolver cinquenta anos em cinco, caracterizou a pobreza das classes trabalhadoras urbanas como "marginalidade urbana" – setores sociais vindos do campo e considerados "atrasados", "não integrados", "populações marginais".[13]

Em Campinas, o estigma e a segregação social não foram diferentes do que aconteceu contra os setores das classes dos trabalhadores mais expropriados da sociedade, principalmente os favelados, em sua maioria, migrantes do campo de outros estados brasileiros. Na década de 1960, com cerca de 130 mil habitantes e ocupando a décima posição entre as cidades brasileiras em importância econômica,[14] Campinas se considerou "invadida" por "marginais". Durante a ditadura militar, a perseguição contra a população pobre e suas respectivas formas de moradia se intensificou, com uma repressão policial maior, baseada dessa vez em um ideal de "desfavelamento" completo da cidade, com numerosos despejos violentos, liberando áreas urbanas que se valorizavam e que iam sendo incorporadas pelo processo de modernização capitalista, conservador e excludente.[15]

[9] RICCI, 2005, p. 278.
[10] Ibid., p. 281.
[11] Ibid., p. 283.
[12] GODOY; LOPES; GARCIA, 2007.
[13] LOPES, 1997a, p. 28-36.
[14] Ibid., p. 50-59.
[15] Ibid., p. 54.

Retomando Ricci, o processo de exclusão social contínuo durante décadas, tanto em Campinas como em outros centros urbanos, expressava a discriminação histórica disseminada, por vezes, pelo poder público e/ou pelas elites, exigindo sucessivas intervenções urbanas que, na verdade, ocultavam as consequências de um modelo de desenvolvimento que intensificava as desigualdades sociais.

> Em contrapartida, nos condomínios fechados campineiros e em outros tipos de habitação de moradores de alta renda, há todo um universo de práticas e representações que acabam por criar um espaço à parte na cidade, diferenciado e protegido da dinâmica metropolitana em seu conjunto onde é presente a seletividade social.[16]

Entre os trabalhadores informais, alguns se caracterizam pela "extrema mobilidade", oriunda de empregos precários nos quais normalmente são realizados contratos temporários, com pouca estabilidade, obrigando-os a percorrer várias cidades em busca de trabalho. Normalmente, eles são do sexo masculino, estão sozinhos, residindo em pensões, alojamentos de trabalho, e até mesmo em albergues ou nas ruas.[17]

Uma das alternativas encontradas pelos órgãos públicos, em relação aos trabalhadores migrantes que se encontram socialmente vulneráveis em qualquer cidade, consiste em devolvê-los para os chamados "lugares de origem", declarando-se não responsáveis pelos "migrantes alheios", como registra amplamente a mídia em geral.[18]

Frangella discute a existência de uma "tecnologia da expulsão",[19] criada para gerar dispositivos de restrições físicas, morais e simbólicas aos moradores de rua. Um exemplo dessa tecnologia se expressa no que a autora qualifica de arquitetura antimendigo, existente em algumas construções públicas ou em reformas urbanas, com a finalidade de impedir a presença de moradores de rua nesses espaços. A referida tecnologia surgiu por iniciativa tanto da sociedade civil quanto das administrações públicas municipais, que criam barreiras físicas para impedir a livre circulação dos moradores de rua pela cidade, tentando sempre expulsá-los para "lugar nenhum", sob a justificativa de eles serem um problema de segurança pública, portanto é um assunto que deve ser resolvido pela polícia. Assim, quando esses indivíduos se veem barrados por grades e rampas, sofrem não só pela interdição física, mas também por serem considerados transgressores da ordem e da moral. No decorrer desse processo, o corpo torna-se um mecanismo de resistência, o único lugar de pertencimento social do indivíduo em situação em rua, seu corpo físico será a morada possível no contexto desta lógica de exclusão social.

Um exemplo de "arquitetura antimendigo"[20] foi a construção, em 2005, de rampas na passagem da Avenida Paulista para a Avenida Doutor Arnaldo, em São Paulo, para impedir a permanência naquele local de indivíduos em situação de rua, uma vez que, onde foram construídas as rampas, existiam vários estabelecimentos comerciais de alto padrão, que não admitiam mais a presença deles. Em uma carta dirigida aos leitores do jornal *O Estado de São. Paulo*, o padre Júlio Lancellotti fez um protesto em relação à construção das rampas, levantando a discussão sobre a falta de políticas públicas direcionadas à população de rua e da medida paliativa tomada pela administração municipal para literalmente "esconder" o problema social da falta de moradia e de mínimas condições de vida para esses indivíduos. Essa obra reacendeu uma polêmica em relação aos que eram contra ou a favor da construção dessas barreiras físicas. Segundo o padre Lancellotti, essas construções são para disfarçar o conteúdo higienista e de limpeza social historicamente existente no País.

Iniciativas discriminatórias como essas poderiam ser substituídas por políticas de inclusão social administradas pelo Estado, a fim de diminuir o número de indivíduos que são obrigados a viver em condições de extrema pobreza nas ruas das grandes cidades.

Zaluar assinala que essa população, obrigada a ocupar o espaço público, percebe o quanto sua individualidade é invadida por outros sujeitos que

[16] RICCI, 2005, p. 28.
[17] KOWARICK apud LOPES, 1997a, p. 138.
[18] LOPES, 1997b, p. 152.
[19] FRANGELLA, 2005, p. 201
[20] Ibid., p. 201

também se utilizam desse espaço, mas que possuem uma moradia ao voltar do trabalho. Para aqueles que comem, tomam banho e dormem nas ruas é praticamente impossível uma separação entre o que é público e o que é privado. Diante desse fenômeno há rejeição por parte daqueles que não admitem que o espaço público seja usado como "moradia".[21]

Enfatizamos o extremo da desigualdade social com o qual nos deparamos por meio de certos estudos na área da psicologia ambiental e social, bastante divulgadas na mídia, identificadas como "arquitetura da felicidade", as quais indicam como as características físicas do "lar" interferem, em maior ou em menor grau, no estresse entre seus moradores e vizinhos, devido à falta de espaço e de privacidade. A partir da ideia central "o que faz uma casa se transformar em um lar", estudos da Universidade Cornell, em Nova Iorque, sob a liderança do psicólogo Gary W. Evans, apresentam uma série de mudanças necessárias e possíveis de serem colocadas em prática no espaço privado para "promoverem o relaxamento" e a "harmonia", despertando nos pacientes "sentimentos positivos". Em outras palavras, psicólogos de vários países desenvolvidos, como na Noruega, Oddvar Skjaeveland, da Universidade de Bergen, e na Suécia, Tommy Gärlin, da Universidade de Gutemburgo, procuram resolver ou diminuir os conflitos emocionais, fonte de sofrimento subjetivo, moral e psíquico dos pacientes, com alterações no espaço fisico da casa, para que a terapia alcance resultados mais satisfatórios. As propostas de tratamento dos psicólogos citados variam, como por exemplo, trabalhar a necessidade de aprender a distinguir mais claramente o espaço privado do espaço público, porque isso transmite maior segurança e tranquilidade psíquica aos pacientes em suas relações com o espaço intímo da casa, da moradia.[22]

Como pensar uma "arquitetura de felicidade" para indivíduos em situação de rua, cuja "habitação" se limita ao próprio corpo? Retomando a "arquitetura antimendigo", entendida por nós como a negação completa do direito humano e constitucional à moradia, é preciso associá-la, ainda, à violência física à qual a população de rua é obrigada a vivenciar permanentemente, oriunda tanto do poder público quanto de setores da sociedade civil, os quais não admitem encarar essa realidade que desestabiliza as instituições imaginárias da sociedade, que, por sua vez, aceitam apenas os valores dominantes de casa, família e trabalho.[23]

O senhor Antônio, atendido pelo SAMIM, em Campinas, foi parar nas ruas cinco anos antes, e relembra sobre o seu medo enquanto dormia nas ruas: *eu sempre preferi entrar em algum lugar, livre de que outra pessoa viesse também. Então, por exemplo, quando eu tivesse que dormir na rua, eu entrava num matagal, porque eu sabia que outra pessoa não ia vir [...] Por exemplo, casa abandonada é muito perigoso porque é o lugar mais procurado [...]. Logicamente que você passa a perder o controle sobre o que você tem [...] se você carrega uma carteira, né? [...]. Então, por segurança minha, quando não tinha como pagar um hotel ou uma pensão, eu ia pra algum lugar onde tinha um mato [...]. Não porque eu não gostasse de ficar na cidade, mas é por segurança minha, né? de saber que ninguém ia me perturbar ali.*[24]

Não podemos nos esquecer do massacre ocorrido em São Paulo, em 2004, quando vários indivíduos em situação de rua foram assassinatos covardemente, enquanto dormiam.

> Em 2005, as investigações apontaram uma quadrilha formada por cinco policiais militares e um segurança como autores do massacre, que ocorreu entre 19 e 22 de agosto. [...] Para a Pastoral, os crimes foram obra de uma quadrilha de segurança clandestina que age no centro.[25]

Em Campinas, no mesmo período, o SAMIM registrou um aumento dos crimes praticados contra a população de rua nos últimos anos os quais foram bastante divulgados pela mídia local. No período de 2000 a 2004 foram mais de 51 mortes provocadas por doenças, atropelamentos ou ainda por causas desconhecidas, sendo que 14 delas foram

[21] ZALUAR, 1995.
[22] LIMA, 2007.
[23] CARVALHO, 2004.
[24] Antonio nasceu em 1961, em Santa Cruz Cabrália (BA), é separado, vendedor ambulante, tem quatro filhas e é formado em um curso técnico de arquitetura (entrevista realizada em 2006).
[25] CASTRO, 2006, p. 2.

assassinatos. Devido ao alto índice de violência, muitos moradores de rua do município preferem ficar agrupados durante o período da noite, para que uns vigiem, enquanto os outros dormem por algumas horas. Em geral, os assassinatos ocorrem com ataques de facas, armas de fogo e espancamentos.

População de Rua: cidadania, identidade e direitos sociais, uma discussão possível?

Existem bibliografias significativas, nacionais e internacionais, que discutem sobre o conceito "população de rua". As características dessas bibliografias abrangem muito mais as políticas de assistência social, a migração, a falta de trabalho, sendo raras as que problematizam a questão dos processos de perdas de moradia e seus significados.

Bezerra, Vieira e Rosa debatem com outros autores o resultado de um encontro multidisciplinar sobre o tema. Analisam a situação social da população de rua como o retrato de uma sociedade que não garante trabalho e moradia. 'Suas marcas mais reais são a desproteção e o abandono. Para uns há ainda coragem, esperança e sonho de emprego, de casa, de poder viver. Mas nem todos sequer isso conseguem, e no limite ocupam a rua."[26]

A vivência dos indivíduos nas ruas acontece de forma gradativa e processual, aos poucos vão substituindo os seus antigos hábitos por outros que os auxiliarão nessa nova fase. A rua quase sempre passa a ser considerada o único lugar possível de sobrevivência e de trabalho, configurando-se nesse espaço, de um lado, um processo de perdas e, de outro, novas relações sociais em uma realidade social limite. Aqueles que estão há mais tempo nas ruas, separados quase totalmente dos vínculos anteriores, recriam novos laços de convivência e passam a ser identificados socialmente como "homens de rua".[27]

Afirmam as autoras que, pelo fato de estarem desprovidos de casa, de trabalho ou de família, os "homens de rua" mostram pela própria condição corporal a sua identidade, carregando em uma sacola todos os seus pertences e assistindo a vida acontecer em um tempo diferente dos demais. D'Incao, uma das integrantes do citado debate, também afirma que o conceito "população de rua" define esses indivíduos como "excluídos" e "carentes" dos direitos sociais mínimos, pois a maioria encontra-se desempregada. O indivíduo que vive em situação de rua foi aos poucos passando por um processo de perdas, sejam elas materiais, morais ou simbólicas. Alguns abandonaram ou foram abandonados por suas famílias, muitas vezes despejados de suas moradias, e a grande maioria não consegue trabalho. Aquele que sempre foi o provedor passa a viver distante de suas famílias e a se sentir culpado e fracassado.[28]

Após cerca de 15 anos de pesquisa e debates acadêmicos sobre indivíduos em situação de rua, os depoimentos levantados no SAMIM, em 2006, revelam que essa realidade pouco se alterou. Os homens, solteiros ou casados, maioria incontestável da população de rua, migram para conseguir emprego e ajudar a família. Essas metas se perdem diante do desemprego e a impossibilidade de conseguir outro trabalho, o que invariavelmente os impedem também de exercerem o direito à cultura do habitar,[29] um fenômeno muito mais complexo do que a perda material, física, de um 'teto', questão que analisaremos adiante.

Vejamos o caso do senhor Joaquim, que estava há dois meses sendo atendido pelo SAMIM, doente, longe da família, portanto sem condições para trabalhar e voltar a ser o provedor, angústia vivida também por alguns de seus "colegas" que foram para São Paulo em busca de emprego, com a finalidade de mandar uma parte dos seus salários para as famílias todos os meses. Todos tinham o objetivo de voltar para casa depois que proporcionassem aos seus familiares melhores condições de vida: *[...]. A maioria que trabalhava lá era um pessoal do Norte que vinha, que também tinha poucos estudos; mandaram todo mundo embora, até os encarregados. [...]. Mandavam, a maioria deles mandavam [parte do salário para as famílias]. [...] A maioria deles tudo perdeu contato com a família e ficaram na rua também, ficaram em pensão, daí o dinheiro foi se acabando, você sabe que o dinheiro acaba rápido, né? É difícil*

[26] BEZERRA; VIEIRA; ROSA, 1994, p. 7.
[27] Ibid., p. 99.
[28] D´INCAO apud BEZERRA; VIEIRA; ROSA, 1994, p. 47.
[29] LOPES, 1997b.

pra ganhar, mas pra acabar, acaba rápido, e a maioria deles ainda tá na rua em São Paulo mesmo."[30] [grifo nosso]

Joaquim, que estava em Campinas havia três anos, sublinhou várias vezes o trabalho perdido em São Paulo, como se não acreditasse na perda do emprego e na dificuldade de encontrar outro trabalho, como vários outros "parceiros": *no moinho Água Branca eu trabalhei por quase quatro anos, depois faliu, e os chineses da China compraram. Aí, foi onde dispensaram todo mundo, né? Daí, pegaram só rapaziada nova que tinha bastante estudo [...]. Mandaram embora todo mundo e começaram exigir que os funcionários novos tivessem estudo [...]. Se não tivesse estudo, não entrava lá, não. Mandaram todo mundo embora, encarregado, supervisor, engenheiro, todo mundo, não foi só a rapaziada, não. Daí, de lá pra cá, eu fiquei na rua, porque não achava emprego, devido os estudos, os estudos é pouquinho, né? [...]. Não foi só eu, mas vários parceiros de trabalho.*

Ainda conforme D'Incao[31], a questão social dos migrantes precisa ser mais bem pensada, pois aqueles que estão de passagem pela cidade são os que definem uma "nova exclusão", uma vez que fica ainda mais complicada a possibilidade de acesso a um trabalho fixo. Alguns desses sujeitos buscam empregos que permitam a compra de uma passagem de volta para casa. Outros deixaram suas famílias com o anseio de trabalhar e enviar dinheiro para melhorar a condição de vida dos familiares distantes. O fracasso desses provedores impede essa volta e os deixam sem família. Nas ruas, a saúde fica cada vez mais debilitada, impedindo que tenham, inclusive, maior expectativa de vida.

Quando o morador de rua deixa de estabelecer relações com a família e com o grupo social em que estava inserido anteriormente, cria sozinho "um jeito de construir o mundo". Em razão disso, quase sempre, muitos acreditam que ele enlouqueceu. Logo depois, o indivíduo sente a necessidade de estabelecer vínculos com outros que também vivem nas ruas e busca construir novas redes de relações sociais que orientarão sua vida nessa nova fase. Tentativas de reconstrução de identidades são empreendidas na falta da identidade de homem trabalhador e provedor, ou de mulher dona de casa, de responsável pelos vínculos de família.

O Raul mesmo, o Alexandre, eles me ajudavam muito, muito mesmo [...] com comida, roupa, agasalho, porque lá em São Paulo faz muito frio [...] Na época de frio ali, é coisa pra leão mesmo [...].(Joaquim).

A construção da identidade é um tema que deve ser pensado com a heterogeneidade e a complexidade das experiências de vida. No caso da população de rua a dificuldade é ainda maior, porque os indivíduos que a compõem vivenciam uma fragmentação da vida extremamente dolorosa, conforme Montes,[32] integrante do I Seminário Nacional de População de Rua, realizado em 1992. Recuperar a identidade tem a ver com recuperação da dignidade individual, uma experiência psíquica, mas tem a ver também com uma dimensão de identidade coletiva. É preciso pensar sobre o que falta para esses sujeitos chegarem à cidadania, tornarem-se sujeitos de direitos. São duas discussões distintas, difíceis e complementares, o conceito de identidade deve ser entendido como "um sentimento de unidade, não de permanência",[33] algo que é vivido como diversidade de experiências. Porém o que dá unidade tanto no plano psíquico como no social faz parte de um conjunto de representações que a sociedade e os indivíduos constroem culturalmente na vida social. Cada indivíduo possui maneiras diferentes de lidar com seus diversos papéis sociais, mas por meio de representações simbólicas comuns, partilhadas, os grupos constroem uma teia de relações no contexto social em que vivem.

> Se vocês pensarem no plano social, quando a gente fala de uma carteira de identidade, a gente está falando de alguma coisa que determina a singularidade de um indivíduo, marcada pela impressão digital, apesar de ele desempenhar uma pluralidade de papéis sociais.[34]

Para se pensar a dificuldade da identidade do homem de rua e a sua presença na cidade é preciso levar em conta, entre várias outras questões, a significação dos vários discursos e rótulos que são produzidos pela sociedade para determinar

[30] Joaquim nasceu em 1954, em Montes Claros (MG). É aposentado, separado, tem dois filhos e ensino fundamental incompleto. Viveu quarenta anos em Americana (SP) e seu último emprego foi de motorista de caminhão. (entrevista em 2006).

[31] D'INCÃO apud BEZERRA; VIEIRA; ROSA, 1994.

[32] MONTES, 1995, p. 193.

[33] Idem.

[34] MONTES, 1995, p. 193.

quem são os homens de rua e reconhecer que esses discursos possuem finalidades distintas de poder. Dependendo de quem está se dirigindo ao chamado 'morador de rua', haverá uma aceitação ou não do discurso ou rótulo dirigido a ele, uma negociação ou não com representantes do poder público; recebe, reinterpreta e manipula, enfim, as várias representações existentes a seu respeito.

> Os homens estão manipulando esse conjunto de significados, em função dos lugares onde são produzidos, nas instituições, dos atores sociais, do discurso dominante, do discurso do Estado, da ideologia e de tudo o que vocês quiserem; eles estão reelaborando isso por conta própria, ao mesmo tempo em que resistem à lógica do poder que faz parte dessas representações.[35]

Assim, o primordial para o pesquisador, ao analisar a população que vive nas ruas, é entender que esses indivíduos lutam por construir várias redes de relações sociais e interpretam e representam os seus limitados papéis na sociedade também no plano simbólico. São sujeitos sociais enfrentando discriminações diversas, se construindo e reconstruindo em condições completamente adversas e violentas devido a uma tradição cultural e política que permanece, em grande medida, ainda privatista e patriarcal, conforme a discussão sobre a cidadania no Brasil, conforme a síntese apresentada a seguir.

Paoli[36] discute a historiografia dos direitos sociais e da cidadania no Brasil e apresenta três grandes configurações ocorridas desde a fundação da República, no fim do século XIX, quando se deu a primeira fase da relação do Estado nacional com os conflitos sociais, especialmente com a classe operária. Há o que a autora denomina de vazio de espaço público nessa relação no trato dos movimentos sociais, que são vistos exclusivamente como um caso de polícia, portanto são tratados com violência. Predominou na República Velha o que a autora considera como cultura colonial, privatista e patriarcal.

A segunda configuração da cidadania no Brasil, na relação entre Estado, espaço público e movimentos sociais, foi mediada a partir da década de 1930 pela chamada era Vargas ou populismo, reconhecendo direitos sociais trabalhistas e tutelando os sindicatos das classes trabalhadoras urbanas. A República no País, desde o início, não universaliza os direitos sociais mínimos da cidadania como ocorreu na fundação da sociedade moderna da América do Norte e de países da Europa. Os conflitos sociais entre os trabalhadores do campo e os proprietários rurais continuaram sendo tratados exclusivamente com violência. Ainda vigora o vazio de espaço público no reconhecimento de movimentos e direitos sociais dos setores agrários. O período populista se encerra com o cerceamento à cidadania no período da ditadura militar de 1964.

A terceira configuração da cidadania no Brasil teve início com as lutas pela redemocratização do País a partir do fim da década de 1970 até o fim dos anos 1980. Para Paoli,[37] esse foi o período mais autêntico da República, com negociações na esfera pública entre o Estado e os novos movimentos sociais que instituíram a discussão do direito a ter direitos, da identidade, da igualdade e da diferença, da necessidade de constituição de formas mais amplas de participação política, por meio do que passou a ser chamado de cidadania ativa.

A população de rua do País estaria inserida em qual dessas configurações históricas da cidadania e de que maneira, uma vez que não possui a garantia mínima de direitos sociais para exercer a cidadania?

[...] Eu morava e dormia na rua, porque trabalhava na rua e alimentava meus vícios, eu trabalhava pra manter os meus vícios de cigarro [...] Mas hoje eu não tenho dinheiro nem pra comprar um cigarro. (Joaquim).

Saule Júnior analisa os direitos humanos principalmente discutindo o direito à moradia. Após a Primeira Guerra Mundial, o Estado tornou-se mais ativo socialmente em suas intervenções nas várias esferas sociais, tendo como principais objetivos "promover os direitos econômicos e sociais, de colocar em prática uma vasta gama de prestações positivas em benefício da coletividade."[38]

A Constituição de 1988 determina que o Estado tem o dever de garantir os direitos

[35] Ibid., p. 193.
[36] PAOLI, 2003.
[37] Ibid.
[38] LAVANDOWSKI apud SAULE JUNIOR, 1997, p. 65.

econômicos, sociais e culturais da população brasileira, colocando em prática e tornando viável e concreto o gozo desses direitos sociais. Para Saule Júnior, o maior desafio é tornar material e acessível a todos os indivíduos o acesso aos direitos humanos, entre eles, o direito à moradia.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, todo ser humano deve possuir pelo menos o mínimo necessário para a sobrevivência como saúde, alimentação, vestuário, moradia, e todos esses direitos devem ser mantidos e assegurados pelo Estado brasileiro, um compromisso assumido perante o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos de 1992.[39] O direito à moradia a ser desfrutado por todos os indivíduos não deveria ser uma afirmação genérica, mas sim garantir

> [...] o direito de liberdade de escolha de residência, o direito de liberdade de associação, com o direito de segurança, o direito de privacidade da família [...] casa e correspondência, com direito a higiene ambiental e o direito de desfrutar o mais elevado nível de saúde física e mental.[40]

Conforme Saule Júnior (1997), entre essas obrigações do Estado, está a de proteger os indivíduos contra despejos violentos, desumanos, ilegais. O "homem de rua" está no limite de um "vazio" de direitos mínimos, portanto sua situação pode ser considerada até mesmo "inconstitucional".

"[...] eu procuro não dormir assim em calçada, eu durmo em lugar escondido, que eu sei que não vou ser visto pelas pessoas. Ali eu vou dormir por uma ou duas horas, só pra passar aquele sono [...] Não é dormir de começar às 10 da noite e ir até às 5 da manhã. Não, é sono de uma ou duas horas, só pra não perder o pique de ficar andando de lá pra cá. (Antônio)

Esse gritante processo de segregação social, presente tanto em Campinas como em outros grandes centros urbanos, expressa uma histórica discriminação e o preconceito, disseminados por vezes pelo poder público ou pelas elites, exigindo intervenções higienistas que, na verdade, tentam esconder as consequências provocadas por uma crise mundial da sociedade do trabalho, fruto de um modelo de desenvolvimento econômico cada vez mais excludente.[41]

A inexistência de direitos sociais mínimos para uma parte da sociedade brasileira leva a um sofrimento moral, problema pouco investigado pelas Ciências Sociais, no qual o "homem de rua" privatiza a sua condição de vida de forma individual, culpando-se pelo fracasso de não corresponder aos valores dominantes de casa, trabalho e família.

Lopes ao analisar o modo de vida provisório dos sujeitos que já passaram por diversas perdas de moradia ou foram retirados desta à força, porém legalmente, afirma que esse fenômeno social permanece invisível. O sofrimento moral pode não se manifestar por meio das palavras, mas pelo não dito, pelas ausências ou hesitações, pelos gestos e sentimentos que muitos preferem ocultar, não lembrar.[42]

O senhor Manoel, que veio para Campinas em 1955, foi um dos abrigados do SAMIM que convidamos para uma entrevista. Ele afirmou que estava na instituição há dois meses e foi respondendo cordialmente às perguntas mais diretas. Mas, ao ser solicitado a contar sobre a sua vida, mostrou em seu rosto uma reação de emoção: *eu não quero falar da minha vida não, é muita coisa pra contar. Foi uma vida vivida, participada, passei por muita coisa feliz e por muita coisa triste [...] Foi uma vida normal, que eu não tenho nada a reclamar [...]. Tem coisa que eu prefiro não falar, eu prefiro ficar quieto."*[43] [grifo nosso]

Com algum embaraço, pediu licença e saiu rapidamente, deixando no ar o peso de um sofrimento moral e psíquico de um chefe de família que deve sentir culpa por ter "falhado" individualmente e perante a sociedade em que vive.

> Eles se acusam daquilo de que são vítimas. Julgam-se com o olhar daqueles que os julgam, olhar esse que adotam, que os vê como culpados e que os faz, em seguida, perguntar que incapacidade, que aptidão para o fracasso, que má vontade, que erros puderam levá-los a essa situação.[44]

[39] Trata-se da instituição de um Comitê de Direitos Humanos no âmbito da Organização das Nações Unidas que analisa a cada cinco anos relatórios apresentados pelos Estados membros sobre medidas adotadas para a implementação e condições gerias dos direitos humanos no país.

[40] SAULE JUNIOR, 1997; p. 66-67.

[41] VARGAS, 1996.

[42] LOPES, 1997b, p. 13.

[43] Manoel nasceu em 1945, em Poços de Caldas (MG). É separado, tem duas filhas e ensino fundamental incompleto. (entrevista em 2006).

[44] FORRESTER apud BORIN, 2004, p. 57.

Importantes estudos sobre esta questão da imagem do homem provedor, extremamente importante para a cultura das classes trabalhadoras, veem que muitas famílias passam a ignorar aquele membro como se não pertencesse mais ao grupo. Dessa maneira, sua identidade como "homem de rua", homem sem laços familiares, acaba sendo reforçada. Telles[45] afirma que a perda de emprego para os homens é uma situação muito mais dramática em sua dignidade moral e identidade de provedor da família do que para as mulheres.

Os depoimentos femininos explicitam com maior vigor queixas sobre a desestruturação familiar. Segundo esses depoimentos, as mulheres iniciam a vida invariavelmente com trabalho infantil, em geral como domésticas que dormem no emprego. Sem amparo de pais e irmãos, cedo tentam constituir família, criar laços familiares mais estáveis em uma ou mais de uma união conjugal, incluindo filhos. O desemprego ou o emprego provisório do casal torna a criar situações de instabilidades afetivas familiares a elas. São abandonadas ou abandonam os companheiros, perdem a capacidade de cuidarem dos filhos, agravada pela história de vida familiar de origem, também desfeita, em geral na infância. São inúmeras as tentativas de convivência com parentes em uma mesma casa, sonham em refazer a família com os filhos. Mas a extrema pobreza, a degradação moral e as doenças levam essas mulheres a experimentarem diferentes instituições assistenciais, alternadas por situações de vida nas ruas.

A senhora Luzia, por exemplo, estava no SAMIM há uma semana, mas, segundo ela, iria voltar para uma instituição religiosa para mulheres, que chama de "casa de apoio". Ela aguardava uma nova vaga. *[...] Eu não quero ter mais contato [...]* [pausa] *Eu quero ter meu dinheirinho [...] Lá [casa de apoio] eles me tratam muito bem, eu sou mais bem tratada lá do que na casa das minhas irmãs [...]. Eu fui tentar morar com a minha irmã, mas não deu certo não [...] ela só queria dinheiro [da aposentadoria]. Fiquei fora de mim, eu não sabia nem quem era eu. Daí meu cunhado xingava e eu nem ligava [...] Agora qualquer coisa me machuca.*[46]

A jovem Claudia, com um mês de SAMIM, está em Campinas há 20 anos, e contou que foi obrigada a sair de sua casa depois de uma briga com os familiares de seu ex-marido, que é alcoolista e, por isso, estava internado em uma clínica de recuperação. A ex-sogra alugou a casa de fundos em que seu filho vivia com Claudia, após este ter adoecido, exigindo sua saída da casa. As duas filhas mais novas de Claudia estavam morando com os pais dela, os quais também não têm condições de abrigá-la. Afirmou estar provisoriamente no SAMIM e demonstrou, de várias maneiras, como estava limitada em sua capacidade de exercer as atividades de dona de casa nessa instituição. Tinha esperança de logo resgatar a sua casa (na verdade, da sogra) e voltar a morar com as suas filhas.

[...] É muito ruim, Deus me livre, né? [Não ter onde morar]. [...] Na minha casinha, se eu não tiver que fazer alguma coisa, eu levanto até a hora que eu posso. [...] É a liberdade, não de fazer alguma coisa errada, mas de fazer o que quer e tomar banho a hora que quer. Trocar de roupa a hora que quer, ter liberdade pra tudo, pegar a roupa na hora que quer. [...] Não tem ferro pra passar as roupas, tem que usar tudo amassado [no SAMIM]. Eu queria ter liberdade pra passar a minha roupa, né? Na hora que eu quisesse.[47]

O sofrimento moral sentido pelas mulheres se expressa de outra forma e a falta ou perda de emprego ameaça menos sua identidade, conforme discute uma representativa bibliografia sobre o tema. O trabalho aparece como um esforço construído pela família, pelo casamento e pela maternidade. A casa, nesse caso, faz parte das necessidades fundamentais para manter a sobrevivência dos vínculos familiares sob sua responsabilidade. A autonomia está em realizar e decidir sobre as tarefas domésticas que lhe cabem como mãe de família, como dona de casa mesmo que tenha um emprego.[48]

[...] É, porque sem casa [seu maior sonho] não dá. Eu vou ficar debaixo da ponte? E a felicidade? [...] Como eu vou ser feliz debaixo da ponte? Não tem jeito, né? (Claudia).

Estes relatos deixam claro que a perda da moradia é resultado de despejos familiares, quase sempre mais de um, ocorrência muito comum nos estratos menos favorecidos das classes trabalhadoras.

[45] TELLES, 1992.

[46] Luzia nasceu em 1956, em Guaraci (PR). Aposentada como doméstica, não frequentou a escola. Divorciada, tem três filhos e cinco netos. Portadora de HIV desde meados da década de 1990.

[47] Claudia nasceu em 1976, em Nova Fátima (PR). É trabalhadora doméstica, separada, tem três filhos e ensino fundamental incompleto.

[48] TELLES, 1992, p.166-168.

A Política Pública do Samim e a Resistência da População de Rua

Atualmente o SAMIM tem como ação municipal o atendimento aos que denomina migrante, itinerante e mendicante. O serviço tem como função básica a recepção, a triagem e o encaminhamento do indivíduo atendido à cidade de origem ou a outros tipos de atendimentos da cidade.

O serviço de triagem é feito também pelo SARES, que trabalha com "grupos operativos" nas ruas, os quais, depois de avaliarem as características dos casos, os encaminham para um dos seguintes lugares: SAMIM, Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Hospital Cândido Ferreira, Pronto Socorro Municipal, Casa da Cidadania, ou para outros locais de atendimento. O SAMIM procura localizar os parentes dos indivíduos, inseri-los no mercado de trabalho após passarem pelo "Projeto Oficina Geração de Renda", em parceria com a Associação Cornélia, desde 2001, cujos participantes devem concordar com as seguintes normas: sairem das ruas, trabalharem e irem para a casa de parentes, ou para os albergues. Nos primeiros seis meses na oficina, o usuário recebe R$ 200,00 de auxílio moradia como incentivo à sua independência, e saída das ruas e de diferentes tipos de "vícios". Depois desse período, o trabalho é por produção, as peças podem ser criadas na serralheria do Projeto Oficina Geração de Renda, ou resultarem de trabalhos com materiais recicláveis, vitrais, velas, ou mesmo de trabalho agrícola, gráfico ou da construção civil, mas os usuários do SAMIM dependem de procura por estes produtos ou por mão-de-obra para obterem algum rendimento por parte de empresas de Campinas ou de outras cidades da região.

Em dezembro de 2006, o SARES apontou, como resultado de 2005, um atendimento de 850 moradores de rua, sendo quase metade deles (48%) com idade entre 18 e 39 anos de idade; destes, 85% eram do sexo masculino, sendo 67% solteiros. Chama a atenção a quantidade de dependentes químicos (65%) e os portadores de transtornos mentais (35%).

A estrutura do SAMIM funciona com uma coordenação específica que responde por todos os trabalhos de atendimento. Conta com assistentes sociais, administradores do prédio, assistentes administrativos, pedagoga, recepcionistas, faxineiros, cozinheiros, motoristas, monitoras, ajudantes gerais e vigilantes terceirizados.

Observamos no cotidiano da instituição que cada usuário deve cuidar da higiene pessoal, como lavar as suas próprias roupas, enquanto as faxineiras trabalham na limpeza do prédio e dos dormitórios. As cozinheiras preparam três refeições diárias e também cuidam da limpeza da cozinha. Os motoristas fazem os serviços externos, levando quem necessite ao hospital, ou para o embarque na rodoviária, sempre acompanhados de pelo menos um monitor, além de buscarem as doações em outras instituições. Há também uma pedagoga que realiza diariamente reuniões com os indivíduos que chegam ali pela primeira vez. As assistentes sociais trabalham no cadastramento e encaminhamento dos usuários e nas avaliações de cada caso, sendo que esses indivíduos, na maioria das vezes, chegam sozinhos, por vontade própria ou, em alguns casos, principalmente nos períodos de inverno, são retirados das ruas por essas profissionais. De acordo com o SAMIM, é muito comum os indivíduos se negarem a ser levados para esse serviço, preferindo continuar nas ruas.

Os que pernoitam, ou permanecem mais dias na instituição devem seguir as normas referentes aos horários de chegada, de saída e do café da manhã, sendo essas regras reforçadas constantemente pelos funcionários sob a alegação de conscientizá-los, avisando das consequências do não cumprimento da rotina interna. Caso os usuários desejem ser atendidos pela assistente social, eles devem cadastrar-se no período da manhã e aguardarem o atendimento individual. [49]

Depois do primeiro atendimento rotineiro os usuários podem, durante cinco dias, pernoitarem e fazerem as refeições no que chamam de albergue ou abrigo. Depois dessa fase, é estabelecido um prazo de permanência que pode variar de acordo

[49] Às 5h45: acordar e retirar-se dos dormitórios; 7 horas: café da manhã; 7h30: reunião com a pedagoga; 8 horas: aulas de alfabetização; das 8 horas às 16h12: atendimentos individuais com a assistente social; 16 horas: café da tarde; 19h30: jantar; das 20 horas às 20h30: recolhimento para os dormitórios.

com cada caso. Nesse período devem ocorrer os encaminhamentos para outras instituições, por exemplo, definir os que se tornarão internos de uma casa de recuperação para alcoolistas, ou os que serão pacientes de um hospital psiquiátrico. No caso de haver dificuldade nos encaminhamentos desses indivíduos para outras instituições, o prazo de permanência pode ser estendido.

[...] O rapaz pegou o carro dele e me trouxe. Depois, no outro dia, eu fui bem atendido, aí eu conversei com a assistente social. Aí, ela me disse: 'fica por uns dias aí' [...] Venceu a permanência que ela me deu. Daí, ela falou: 'não, pode ficar aí, você é uma pessoa que não dá trabalho'. (Antonio).

Aqueles que já possuem o prazo de permanência definido aguardam no SAMIM o encaminhamento ou, no caso de migrantes, a passagem de volta à cidade de origem, mas durante esse período, sob orientação das assistentes sociais, realizam algumas atividades, por exemplo, participarem das aulas de alfabetização ministradas pelos professores da Fundação Municipal para Educação Comunitária (FUMEC).

O SAMIM também realiza todos os meses um levantamento estatístico por meio de planilhas preenchidas diariamente, que possuem uma série de classificações. Nelas, a grande maioria dos atendimentos é registrada como de migrantes e de itinerantes, e não como moradores de rua. Para se ter uma ideia, na planilha de dezembro de 2006, enquanto 44,28% dos indivíduos que passaram pelo SAMIM foram denominados migrantes, apenas 1% deles foram identificados como moradores de rua. Nesse exemplo, bastante semelhante ao de dezembro de 2005, consta um total de 201 atendimentos. Com 13 seções, essa planilha apresenta primeiramente dados em relação ao gênero, sendo que o número de homens sempre é maior do que o de mulheres, por exemplo, 182 homens (90,55%) contra 19 mulheres (9,45%). A seção da planilha referente à "Situação de Acolhimento" classifica a entrada por estrangeiros, itinerantes, migrantes, moradores de Campinas, moradores de rua, situação emergencial de rua e vive da rua. Há, ainda, a tabulação das condições de atendimentos – novos ou retornos – do estado de saúde, do estado civil, grau de instrução, naturalidade, documentação, faixa etária, procedência por municípios e Estados e condição de trabalho de cada indivíduo. Em outra parte da planilha temos um levantamento sobre as condições de chegada dos indivíduos atendidos, ou seja, se eles foram trazidos por alguma instituição, pela Guarda Municipal, ou se vieram por iniciativa própria.

Podemos afirmar, a partir do conhecimento desses levantamentos, que é difícil uma problematização mais aprofundada da realidade estudada. As classificações apresentadas pelo SAMIM geraram novas dúvidas e indagações. Se confrontadas com as histórias de vida dos sujeitos, mostram-se muitas vezes distantes das vivências e das resistências deles nas ruas. Durante os depoimentos, ficou claro que a população de rua prefere tratar seus pares como colegas, parceiros, ou, então, se autoidentificam, às vezes, como viajantes e, até mesmo, como moradores de rua, no sentido de sobreviverem da rua.

Os responsáveis pelo preenchimento dessas planilhas, sempre atenciosos, não souberam informar, porém, sobre a origem dessas classificações e por quais motivos são utilizadas, explicando que estas se originaram de um consenso, depois de várias reuniões entre estudiosos do tema, pesquisadores de universidades.

O fato de a maioria dos moradores de rua aparecer como migrante, no SAMIM, induz a população uma interpretação errônea da realidade e da própria política pública desse setor, a vê-lo como um problema externo, de outra cidade, de outro lugar. Esse olhar institucional construído e determinado historicamente pode estar comprometendo uma melhor compreensão sobre as condições de vida dos indivíduos em situação de rua, que apresentam sérias dificuldades em se reconhecerem em certas denominações e formas de atendimento.

A dúvida que permanece é se esse processo de atendimento público municipal diminui a questão da violência, do sofrimento moral e psíquico, causado por um processo de sucessivas perdas de territórios. O corpo do indivíduo torna-se o seu último território de resistência, mas este também adoece e necessita de cuidados, podendo impedir o sujeito de lutar até mesmo pela sobrevivência.[50]

---

[50] D´TNCAO apud LOPES, 1997b, p. 114.

Como vimos, uma das formas de resistência se dá quando esses indivíduos se negam terminantemente a ir para as instituições. A volta para a vida nas ruas pode ser uma negação às alternativas encontradas pela sociedade e pelo Estado para exercerem o seu controle e sua tutela.

[...] Não. Eu sou um viajante, né? Que eu fico viajando. [...] É, o que aconteceu comigo pode acontecer com qualquer pessoa [...] não conseguir estar debaixo de um telhado, né? [...] então eu não me considero um morador de rua, eu me considero um viajante, que tá em viagem. (Antônio).

Essa forma de resistência individual, como a do senhor Antonio, parece tentar superar o medo de uma completa tutela, que nega a sua identidade, sua história de vida, por isso ele se apresenta como viajante em seu modo de vida provisório. Porém, é nítido o fato de reconhecer o incômodo da falta de um teto em sua vida, que pode ser símbolo de um lugar no mundo, ou seja, de um lugar na nação, na cidade, entre muitos outros significados que designam o pertencimento a uma cultura do habitar.[51]

Por outro lado, ressaltamos que existe um grande comprometimento de certos setores profissionais, como por exemplo, assistentes sociais do SAMIM para se relacionarem da melhor forma possível com essa população, buscando alternativas para a melhoria de suas condições de vida e garantia dos seus direitos. Pelas reuniões e seminários anuais realizados por esse serviço, ficou claro para nós a sua preocupação em diminuir o sofrimento moral desses indivíduos e o preconceito da sociedade em relação a eles, incluindo-os como sujeitos sociais para que possam participar do resgate de sua própria cidadania.

Em 22 de outubro de 2005, em Campinas, foi realizado pelo Fórum Permanente de Entidades e Órgãos Atuantes Junto à População de Rua, o IV Seminário de Luta do Morador de Rua, com a participação de algumas entidades que prestavam serviço a essa população cujo maior objetivo foi discutir a garantia de direitos e cidadania dos indivíduos em situação de rua.[52] As maiores críticas nesse evento foram dirigidas contra a repressão da Polícia Militar do Estado de São Paulo e da Guarda Municipal de Campinas.

Destacamos o depoimento de um dos participante do Seminário, não identificado, que apontou um dos problemas que mais parece afligir a população de rua: *[...] as pessoas chama a gente de 'morador de rua', mas nós não somos morador de rua, é impossível morar na rua, senão a gente é atropelado pelos carros e pelas pessoas que andam pela rua. A gente trabalha na rua e vive do que a rua pode nos dar.*

Mais uma vez é possível perceber a importância expressa na experiência de não se ter uma moradia, uma casa para abrigar-se do espaço público, e outra vez a recusa da identidade de morador de rua, dessa vez pela impossibilidade de se habitar na rua. Na resistência a essa classificação social dominante, cujo termo inclusive estava presente no título do Seminário, busca-se afirmar outra identidade, algo próximo a trabalhador de rua.

Temos exemplos de resistências coletivas da população de rua em outras cidades, como em São Paulo. No jornal "O Trecheiro" de São Paulo, de novembro de 2005, o jornalista Arlindo Dias registra um ato de protesto contra o massacre ocorrido em 2004, que reuniu aproximadamente duzentas pessoas na Praça da Sé. Na matéria, há a denúncia de que durante toda a manifestação, a polícia militar se fez presente intimidando quem ali estava. Nesse ato convocado pela Arquidiocese de São Paulo, pelo Fórum das Organizações que trabalham com a população de rua e pelo "Movimento da População de Rua" denunciava-se a decisão do juiz responsável por inocentar os seis acusados de terem cometido os assassinatos. De acordo com as investigações, a quadrilha acusada de cometer esses crimes era formada por cinco policiais militares e um segurança. Além desse movimento, vários outros atos públicos de protesto aconteceram em São Paulo, desde o massacre, reivindicando principalmente a prisão dos acusados e maior proteção do Estado. As suspeitas sobre os mandantes do crime recaiu sobre um grupo de comerciantes interessados em "limpar" a cidade. Em Campinas, ocorreu um ato ecumênico, em agosto de 2004, em solidariedade à população de rua de São Paulo, com o apoio da prefeitura, denunciando também o aumento de agressões e assassinatos no município.[53]

[51] LOPES, 1997b; Idem 2002; Idem, 2004, Idem 2006.

[52] Participantes: SARES; SAMIM; Casa Amigos de São Francisco; Toca de Assis; Projeto Renascer.

[53] CARMO, 2004.

Considerações Finais

Neste artigo discutimos conceitos como cidadania, direitos sociais e habitação em relação à população de rua de Campinas, problematizando as consequências de certas vivências de perdas, principalmente de moradia, e o que elas representam no modo de vida provisório dos indivíduos analisados. Para muitos deles, a ida para uma vida nas ruas acontece de forma gradativa e processual, aos poucos eles vão substituindo os seus antigos hábitos por outros que os auxiliarão a sobreviver nessa fase de suas vidas. O desafio foi o de pensar o processo que leva esses indivíduos a uma situação de extrema pobreza.

A falta de acesso aos direitos sociais e a desigualdade social negam a esses sujeitos a condição de cidadania, também associada à inexistência de moradia. Os diversos processos de despejos, além da perda de emprego, são fontes de intensos sofrimentos morais, de vergonha individual. É por esses motivos que muitos desses indivíduos preferem ocultar, não falar, não se lembrar das vezes em que foram obrigados a deixar suas "casas", seus "territórios", compreendendo estas vivências como um fracasso individual, e não como uma questão social. Pesquisá-los, conhecer sua visão de mundo e suas histórias de vida significa uma tentativa de retirá-los do silêncio imposto por uma histórica tradição cultural e pela política autoritária no País.

Em síntese, a "rua" é vivida e simbolizada mais como "sobrevivência", "violência", "vive-se" da rua, daquilo que é possível conseguir: uns trocados, um "bico", algo para comer, beber. O "abrigar-se" do espaço público, algo semelhante à "moradia" não tem lugar nos vários significados de "rua" estudados. A "última morada" é o corpo, em trânsito constante, sem parada, sem paz para dormir, porque é perigoso, mas é preciso dormir uma, duas horas, para de novo perambular, para *não perder o pique de ficar andando de lá pra cá* (Antonio).

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), nº 8.742/1993, foi fruto da conjuntura de redemocratização do País e dos novos movimentos sociais. Ela prevê um espaço público de responsabilidade conjugada, compartilhada entre as instâncias municipal, estadual e federal, com a sociedade civil organizada e usuários dos equipamentos sociais, com o objetivo de democratizar as práticas assistenciais para enfrentar as situações de vulnerabilidades sociais.[54]

Entretanto, justamente nas décadas finais do século XX a desigualdade social se agravou com o desemprego, a informalidade, o resultado dos processos de reestruturação produtiva e tecnológica e a privatização da economia, afetando diretamente as políticas públicas de proteção social e a distribuição de renda. A cidadania tão almejada deixou de ser sinônimo de conquistas coletivas no espaço público e se restringiu cada vez mais a ser uma 'técnica' social ou 'filantropia' voltada para 'pobres'.[55] Em toda a sociedade brasileira passou a ocorrer um fenômeno de expansão intensa de 'parcerias' entre os setores públicos e a sociedade civil, como é o caso das Organizações Não Governamentais (ONGs), entidades religiosas, empresariais, entre outras.[56]

Nesse contexto, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) aprovou o Conselho Nacional de Assistência Social e o Serviço Único de Assistência Social (Resolução nº 30, de 20/02/2004), para o fortalecimento da LOAS. Mas há quem veja a questão da proteção social pretendida ainda muito submetida à lógica 'mercantil' das políticas econômicas das últimas décadas.[57]

No que se refere à população de rua, praticamente todas as pesquisas levantadas pelo nosso estudo, realizadas em São Paulo, Rio de Janeiro ou Porto Alegre, se baseiam na situação do mercado de trabalho, antes e depois da ida dos indivíduos para as ruas. Dada a questão do desemprego estrutural das economias pós-industriais globalizadas, a referência do trabalho, embora continue fundamental, para essa população tal direito passa a ser um objetivo praticamente inatingível, muito mais do que no período do desenvolvimento industrial, com o desemprego conjuntural.

Mas não partilhar uma cultura do habitar é tão grave quanto à perda do trabalho, embora seja

[54] ASSIS, 2007.
[55] DAGNINO apud ASSIS, 2007, p. 25.
[56] FASFIL 2005, 2008.
[57] PEREIRA apud ASSIS, 2007, p. 32.

uma realidade social menos reconhecida e visível. O direito à habitação remete diretamente a outros direitos sociais. O indivíduo em situação de rua não tem acesso à saúde pública como os demais, porque esses serviços estão organizados em bases territoriais, sendo necessária a comprovação de endereço para utilizá-los, logo, irá depender da assistência social voltada para 'moradores de rua', reforçando estigmas e a tutela. Também não consegue um trabalho sem ter como tomar banho, nem pode dar o endereço dos serviços de acolhimento a 'moradores de rua' como residência, bem como não tem direito a um cartão de transporte para desempregado, por não ter um endereço fixo. A Lei Municipal de Campinas nº 11.204, de 25 de fevereiro de 2002, conhecida como 'Lei do Morador de Rua', afirma o direito do sujeito à privacidade, a um local que tenha uma referência ao espaço "como condição inerente à sua sobrevivência, existência e cidadania" (art. 3º, § 2º, p. 52). Detalha a lei medidas de 'moradias provisórias' para 15 usuários, ou 'ofertas alternativas habitacionais', como 'auxílio-moradia', financiamento, etc., mas essas medidas estão precariamente disponibilizadas na rede pública municipal.[58]

Esses homens e essas mulheres não reconhecem na alternativa do acolhimento provisório das instituições, públicas ou privadas, uma saída para a falta física e subjetiva que o *ethos* do verbo "morar" implica.

Apesar dessa realidade, existem várias formas de resistência invisíveis nas ruas e nas instituições de atendimento à população de rua. Temos a negação de alguns a serem tutelados pelo Estado, sobrevivendo em instituições e aceitando passivamente as regras destas. E, para além das resistências individuais, há as tentativas coletivas solidárias, com a realização de fóruns e seminários para a discussão de temas direcionados à população de rua em vários pontos do País, entre eles, Campinas. Vemos que nesse universo de carências há um grande esforço e um lugar social para diferentes tentativas de resistências individuais e coletivas.

Em relação ao conceito de "exclusão social", percebemos a necessidade de uma rediscussão com Castel (2000), entre outros autores, pelo fato de ter ocorrido uma "explosão" na utilização desse conceito depois da década de 1990 e, consequentemente, uma generalização e simplificação deste, que afeta as políticas públicas. "A exclusão vem se impondo, pouco a pouco, como um *mot-valise* para definir todas as modalidades de miséria do mundo: o desempregado de longa duração, o jovem da periferia, o sem domicílio, etc. são excluídos." [59]

Finalmente, notamos que, nas várias publicações encontradas sobre o tema "população de rua", o conceito "exclusão social" é utilizado sistematicamente para pensar a situação de extrema pobreza e segregação social. Para Castel (2000), isso seria uma não preocupação em compreender os excluídos de fato, uma vez que existem muitas categorias possíveis de pobreza, inclusive a chamada pelo autor de "nova pobreza" das últimas décadas, o que acaba por simplificar as explicações para entender fenômenos sociais complexos.

Portanto, a questão social analisada indica que os direitos sociais existem, em grande parte, contemplados em políticas públicas e em garantias legais, mas na prática há enormes dificuldades em se concretizarem em trabalho, moradia e cidadania, isto é, em identidades sociais respeitadas.

A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua,[60] a primeira realizada no Brasil, em 2007, pelo MDS, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), publicada em abril de 2008, confirma que os programas governamentais não alcançam 88,5% dos entrevistados. Os Programas Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) atingem pouco mais de 3% dessa população.

[58] ASSIS, 2007, p. 52.

[59] CASTEL, 2000, p. 17.

[60] *Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua.* Abril 2008. Total de 31.922 entrevistados acima de 18 anos, em 71 municípios com mais de 300 mil habitantes, com exceção de Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte, por terem censos próprios de população de rua.

Referências

ASSIS, A. *História e Habitação: cidadania e a questão social da população de rua em Campinas (SP).* Bolsa de Iniciação Científica FAPIC. Faculdade de Ciências Sociais. CCH. PUC-Campinas. Relatório Final. Fevereiro a Agosto 2007.

BEZERRA, E.M.R.; VIEIRA, M.A.C.; ROSA, C.M.M. *População de rua: quem é, como vive, como é vista.* 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

BORIN, M. "Os moradores de rua em São Paulo e suas relações com o mundo do trabalho". *Cadernos Metrópole.* São Paulo, EDUC, n. 12, p. 49-64, 2004.

CARMO, M. "Entidades fazem ato contra chacina de moradores de rua". *Prefeitura Municipal de Campinas,* 31 ago. 2004. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias/?not_id=1&sec_id=&link_rss=http://www.campinas.sp.gov.br/admin/ler_noticia.php?not_id=6970>. Acesso em: 15 jan. 2007.

CARVALHO, D.B.B. "Intolerância aos moradores de rua". *Secretaria de Comunicação (SECOM),* Universidade de Brasília, 14 set. 2004. Disponível em: <http://www.secom.unb.br/artigos/at0904-02.htm>. Acesso em: 11 maio 2007.

CASTEL, R. "As armadilhas da exclusão". *Desigualdade e a Questão Social.* (Orgs.) M. Belfiore-Wanderley, L. Bógus, M.C. Yazbek. São Paulo. EDUC, p. 17-50, 2000.

CASTRO, F. "Manifestação na Sé relembra massacre de moradores de rua". *Agência Repórter Social,* 21 ago. 2006. Disponível em: <http://www.reportersocial.com.br/noticias.asp?id=1233&ed=teto>. Acesso em: 6 maio 2007.

DIAS, A.P. "Singela Injustiça". *O Trecheiro.* São Paulo. n. 137. p. 1-2, Ano XV, novembro 2005. Disponível em: <http://www.rederua.org.br/pub/otrecheiro/2005/137_trecheiro_novembro_2005.pdf>. Acesso em: 6 maio 2007.

FASFIL 2005. "As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos 2005". *Estudos & Pesquisa. Informação Econômica n.* 8. IBGE; IPEA; ABONG; GIFE. Rio de Janeiro. 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2005/fasfil.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2008.

FERNANDES, M.E.A. "História de Vida como instrumento de captação da realidade social". *Cadernos Ceru.* Centro de Estudos Urbanos e Rurais. CERU/USP, São Paulo, n. 6, s. 2, p.145-155, 1995.

FRANGELLA, S.M. "Moradores de rua na cidade de São Paulo: vulnerabilidade e resistência corporal ante as intervenções urbanas". *Cadernos Metrópole.* São Paulo. EDUC, n. 13, p. 199-228, 1º. Sem. 2005.

GODOY, A.M.; LOPES, D.A.; GARCIA, R.W.D. "Transformações socioculturais da alimentação hospitalar". *História, Ciência, Saúde:* Manguinhos, FIOCRUZ. Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1197-1215. 2007.

GODOY, M. "Moradores de rua são massacrados no centro". *O Estado de São Paulo.* São Paulo. 20 ago. 2004. Cidades. p.1.

LANG, A.B.S.G. "Trabalhando com história oral: reflexões sobre procedimentos de pesquisa". *Cadernos Ceru,* Centro de Estudos Urbanos e Rurais. CERU/USP, São Paulo, n.11, s.2, p.123-134, 2000.

_____. "Documentos e depoimentos na pesquisa histórico-sociológica". *Cadernos Ceru,* Centro de Estudos Urbanos e Rurais. CERU/USP, São Paulo, texto 3, série 2, p. 78-95, 1992.

LAPA, J.R.A. *A cidade os cantos e os antros:* Campinas 1850-1900**.** São Paulo: Ed. Humanitas, Universidade de São Paulo, 1996.

LIMA, F. "Arquitetura da Felicidade". *Revista Época,* 16 março 2007. Edição n. 461. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/1,,EDG76698-6014,00.html>. Acesso em: 7 jun. 2007.

LOPES, D.A. "Classes Trabalhadoras de Sousas em Campinas (SP): história e cultura do habitar" In: LUCENA, C.T.; CAMPOS, M.C.S.S. (Orgs.) *Práticas e representações.* São Paulo: Editora Humanitas/ CERU, 2008.

_____"Problematização das relações sociais excludentes entre espaço e sujeito no Brasil". *Revista Humanitas.* Campinas, CCH. PUC-Campinas, 7 (2), 5-18, jul./dez., 2004.

_____ "Casa, Despejo e Cultura do Habitar". *Cadernos Ceru***.** Centro de Estudos Urbanos e Rurais. CERU/USP. São Paulo, Série 2, n.13, p. 193-209, 2002.

_____ *Marginais da história?* O movimento dos favelados da Assembléia do Povo. Campinas, SP: Editora Alínea, 1997a.

_____"Trabalhadores Sem Teto e Habitação Provisória: vivência acerca dos processos de perda de moradia urbana". 1997b. 221f. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia. FFLCH. Universidade de São Paulo. São Paulo.

_____. "Trabalhadores sem Teto e Habitação Provisória: vivência acerca dos processos de perda de moradia urbana". 1997b, 221f. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia. FFLCH. Universidade de São Paulp. São Paulo.

MONTES, M.L. "Síntese dos Trabalhos: a rua sob diferentes perpectivas". In: ROSA, C.M.M. (Org.) *População de rua:* Brasil e Canadá. São Paulo: Hucitec, 1995.

MOURA. D.A.S. "Cotidiano, trabalho e pobreza em tempos de transição: Campinas, 1850-1888"**.** *Cadernos Ceru,* Centro de Estudos Urbanos e Rurais: CERU/USP. São Paulo. n. 7. série 2, p. 114-121. 1996.

PAOLI, C. "Movimentos sociais, Movimentos Republicanos?" In: SILVA, F.T.; NAXARA, M.R.C.; CAMILOTTI, V.C. (Orgs.) *República, Liberalismo, Cidadania.* Piracicaba: Editora Unimep, p. 163-189, 2003.

PESQUISA NACIONAL SOBRE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS; Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura/UNESCO. Brasília. Instituto Meta. Abril 2008. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/institucional/secretarias/secretaria-de-avaliacao-e-gestao-da-informacao-sagi/arquivo-sagi/pesquisas>. Acesso em: 4 jan. 2009.

RICCI M.L.S.R. "Refletindo sobre alguns aspectos da segregação: transformações urbanas em Campinas"**.** *Notícia Bibliográfica e Histórica.* Campinas. CCH. PUC-Campinas. n. 198. p. 277-285, 2005.

SAULE JÚNIOR. N. "O direito à moradia como responsabilidade do Estado brasileiro". *Cadernos de Pesquisa.* CEBRAP. São Paulo. n. 7., p. 65-80, maio 1997.

TELLES, V. da S. "A cidadania inexistente: incivilidade e pobreza. Um estudo sobre trabalho e família na Grande São Paulo". 1992. (Doutorado). Departamento de Sociologia. FFLCH. Universidade São Paulo. São Paulo.

VARGAS, F.E.B. "Trabalho e Desigualdade nas Sociedades Contemporâneas: um esboço para a reflexão", *Cadernos ISP,* ISP/UFPEL, Pelotas, (8), p. 47-58, jul. 1996.

VOGL, I. "Profissionais que acreditam na superação do ser humano". *Natal Colorido em Campinas.* Dezembro 2006. Serviço de Acolhimento e Referenciamento Social/SARES. Prefeitura Municipal de Campinas. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/chamadas/2006_especiais/especial_sares/>. Acesso em: 14 maio 2007.

ZALUAR, A. "Comentários dos assessores sobre o perfil da população de rua" In: ROSA, C.M.M. (Org). *População de Rua:* Brasil e Canadá. São Paulo: Hucitec, 1995.

Dados das autoras

Doraci Alves Lopes
Doutora em Sociologia USP/SP – USP/SP. Mestrado em Educação e Faculdade de Ciências Sociais – PUC-Campinas.

Ana Paula Mendonça
Bacharela e Licenciada pela Faculdade de Ciências Sociais.
Bolsista Iniciação Científica FAPIC: ago. 2006 – jan. 2007.
CCH – PUC-Campinas.

Recebido: 25/7/08
Aprovado: 30/1/09